

JUSTIFICATIVA – ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2025
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 009/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para a Construção de 30 Unidades Habitacionais no Bairro Dom Pepe no Município de Porto Murtinho – conforme CONVÊNIO 33.649/2023, de acordo com o Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, partes integrantes deste instrumento.

I – JUSTIFICATIVA

A presente justificativa visa à anulação da Concorrência Presencial nº 009/2025, conduzida no âmbito do Processo Administrativo nº 125/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a construção de 30 unidades habitacionais, conforme documentos técnicos constantes do edital.

Durante a análise formal e material do procedimento, constatou-se **falha no julgamento das propostas**, especificamente quanto à aplicação das regras de **tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte**, estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006 e reproduzidas na Lei nº 14.133/2021.

Verificou-se que uma das empresas participantes se encontrava regularmente enquadrada como **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, fazendo jus ao critério de **desempate ficto**, previsto no art. 44, §2º da LC nº 123/2006 e no art. 60, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sempre que sua oferta for até 10% superior à melhor proposta apresentada.

Ocorre que tal prerrogativa **não foi observada no momento do julgamento inicial**, o que resultou em classificação diversa daquela que seria juridicamente adequada caso todas as exigências legais tivessem sido corretamente aplicadas.

A falha identificada afeta diretamente o **resultado do certame**, tornando-o suscetível a questionamentos administrativos e a apontamentos pelos órgãos de controle, além de violar os princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo e segurança jurídica.

Por se tratar de vício que **compromete a validade e a confiabilidade do procedimento**, não é possível realizar mera retificação sem prejudicar a estabilidade e a transparência do processo licitatório. Assim, configura-se **vício insanável**, impondo-se a anulação total da Concorrência Presencial nº 009/2025.

Importante destacar que, a falha ocorreu na condução da sessão pública, dessa forma, não se mostra possível, o saneamento do vício, ainda que em sede recursal ou em pedido de reconsideração, visto que os licitantes não foram tratados de forma isonômica.

Ressalte-se que **não houve adjudicação nem homologação**, inexistindo direito subjetivo constituído às licitantes, o que possibilita a anulação sem necessidade de prévia manifestação das participantes.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 71, inciso III, autoriza a anulação do procedimento licitatório quando constatada ilegalidade insanável, sendo aplicáveis ainda as Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, que tratam do poder de autotutela da Administração.

Diante disso, restam plenamente configurados os motivos que justificam a **anulação do certame**, com posterior republicação do procedimento em conformidade com a legislação vigente.

II – CONCLUSÃO

Diante do exposto, propõe-se a **ANULAÇÃO** do Processo Administrativo nº 125/2025 – Concorrência Presencial nº 009/2025, com fundamento no art. 71, III, da Lei nº 14.133/2021, e demais princípios que regem a Administração Pública.

Encaminhem-se os autos à Procuradoria Jurídica para análise e, posteriormente, à decisão do Excelentíssimo Prefeito Municipal.

Porto Murtinho/MS, 10 de dezembro de 2025.

ALEXANDRE VIANA GARCIA
Assinado de forma digital por ALEXANDRE VIANA GARCIA
ELIAS:63859025104 ELIAS:63859025104

ALEXANDRE VIANA GARCIA ELIAS

Secretário Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2025 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 009/2025

Os autos vêm a esta Procuradoria Jurídica para análise da possibilidade de anulação do certame, diante da constatação de falha no julgamento das propostas, relacionada à não aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 às empresas participantes enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte.

O critério de **desempate ficto**, previsto no art. 44, §2º, da LC nº 123/2006 e incorporado ao art. 60, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, determina que microempresas e EPPs têm preferência de contratação quando suas propostas forem iguais ou até 10% superiores à melhor oferta. Tal prerrogativa não foi considerada no momento do julgamento inicial, o que comprometeu a legalidade do resultado.

A falha constatada afeta diretamente o julgamento objetivo, princípio basilar do processo licitatório, e interfere na ordem classificatória, impondo risco de nulidade futura e comprometimento do controle interno e externo.

Importante destacar que, a falha ocorreu na condução da sessão pública, dessa forma, não se mostra possível, o saneamento do vício, ainda que em sede recursal ou em pedido de reconsideração, visto que os licitantes não foram tratados de forma isonômica.

A aplicação da Lei nº 123/2006, é obrigatória nos certames, não podendo ser relativizada, e no caso em análise, a mencionada legislação deixou de ser regularmente aplicada, cerceando o direito à empresa, que comprovou de forma regular seu enquadramento.

Trata-se, portanto, de vício que **macula a validade do certame**, devendo ser reconhecido como insanável, pois não é possível corrigir o resultado sem afetar a isonomia e a segurança jurídica das licitantes.

Mesmo que por aspectos formalísticos, cumpre salientar que toda a Administração Pública Pátria está adstrita aos princípios gerais do Direito Administrativo, estampados no art. 37, caput, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade**, moralidade, publicidade e eficiência [...] (grifou-se).

Assim, o agir administrativo deve obediência aos ditames legais e aos princípios mencionados.

Conforme se verifica do instrumento convocatório, o edital, em seu Preâmbulo, bem como nos itens 5.2, 6.3, 7.2 e 10.3.11, estabeleceu expressamente a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, determinando a observância do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte. Todavia, apesar de previsão editalícia clara e obrigatória, tais disposições não foram observadas durante a condução da sessão pública.

Diante de tal situação, tal divergência pode ser caracterizada como restrição ao caráter competitivo do certame, vício este que não é passível de ser sanado, e pode causar prejuízos inimagináveis à busca pela proposta mais vantajosa.

Não se olvide que em licitações públicas deve se levar em conta o princípio do interesse público e sua supremacia, ou seja, a Administração deve se ater àquilo que atinja o bem maior, impondo sempre sobre o particular a vontade pública.

Ademais, a observância do cumprimento desses princípios é um dever de precaução insito à atuação administrativa no dia a dia das licitações.

Destarte, temos para o caso em apreço, que deve ser realizada a anulação de processo licitatório pelos motivos dantes expostos. Ademais, a anulação tem respaldo legal no artigo 71, da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos n. 14.133/2021, que exara quanto da anulação da licitação:

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

Desse modo, posto o até aqui exarado, temos então que o procedimento licitatório em questão não tem mais possibilidade de ser continuado, pois conforme supra arrazado, não se pode permitir a frustração da competitividade em qualquer procedimento.

De tal forma, entende-se que a anulação é a única saída para o atendimento dos Sumos Princípios da Supremacia do Interesse Público, Economicidade e Eficiência, visto que a sua manutenção apenas traria por estorvar os dias futuros da administração.

Cumpre, por fim, apresentar o entendimento do Professor Ronny Charles Lopes de Torres, acerca do contraditório e ampla defesa nos casos de anulação do processo licitatório:

Entendemos que a Administração, para anular o procedimento licitatório, não precisa respeitar o contraditório e ampla defesa, exceto quando já ultrapassada a fase recursal, prévia às fases de adjudicação e homologação do certame.

Nesta hipótese, ela deverá ouvir o particular interessado, apurando eventual participação sua na prática do vício que inquinou de nulidade o ato.

O TCU tem entendido que somente é exigível contraditório e ampla defesa para o desfazimento da licitação “quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído com a adjudicação do objeto, gera direitos subjetivos ao licitante vencedor, ou em casos de revogação ou de anulação em que o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como o causador do desfazimento do certame”.

Nessa senda, o certame em análise encontra-se na fase recursal, sem ter sido o objeto adjudicado, tampouco homologado, motivo pelo qual dispensa a notificação prévia das licitantes classificadas, para manifestação acerca da anulação.

Sendo assim, ante ao exposto, com vistas às razões de fato e de direito alhures abordadas, essa Procuradoria é favorável à anulação do procedimento licitatório, com fulcro no artigo 71, inciso III, da Lei 14.133/2021.

Faz subir os autos do procedimento para análise do Excelentíssimo Senhor Prefeito, para aprovação e continuidade.

É o parecer, s.m.j.

Porto Murtinho/MS, 10 de dezembro de 2025.

BETHANIA DO PRADO
FERREIRA FIGUEREDO
BETHÂNIA DO PRADO FERREIRA FIGUEREDO MICHELON
Procuradora Jurídica
OAB/MS 23.426

Assinado de forma digital por
BETHANIA DO PRADO FERREIRA
FIGUEREDO

AUTORIZAÇÃO PARA ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2025
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 009/2025

Eu, **Nelson Cintra Ribeiro**, Prefeito Municipal de Porto Murtinho/MS, no uso das atribuições legais que me são conferidas e com fundamento no art. 71, III, da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a anulação do Processo Administrativo nº 125/2025 – Concorrência Presencial nº 009/2025, em razão de vício insanável identificado no julgamento das propostas.

Determino a publicação do presente ato, para ciência dos interessados.

Porto Murtinho/MS, 10 de dezembro de 2025.

NELSON CINTRA Assinado de forma
RIBEIRO:099689 digital por NELSON
62953 CINTRA
RIBEIRO:09968962953

Nelson Cintra Ribeiro
Prefeito Municipal

TERMO DE ANULAÇÃO

ANULO, com fundamento no art. 71, III, da Lei nº 14.133/2021, o Processo Administrativo nº 125/2025 – Concorrência Presencial nº 009/2025, em razão de vício insanável identificado no julgamento das propostas, conforme justificativa e parecer jurídico anexos.

Publique-se.

Porto Murtinho/MS, 10 de dezembro de 2025.

NELSON CINTRA Assinado de forma
RIBEIRO:099689 digital por NELSON
CINTRA
62953 RIBEIRO:09968962953

Nelson Cintra Ribeiro
Prefeito Municipal

TERMO DE ANULAÇÃO

ANULO, com fundamento no art. 71, III, da Lei nº 14.133/2021, o Processo Administrativo nº 125/2025 – Concorrência Presencial nº 009/2025, em razão de vício insanável identificado no julgamento das propostas, conforme justificativa e parecer jurídico anexos.

Publique-se.

Porto Murinho/MS, 10 de dezembro de 2025.

Nelson Cintra Ribeiro
Prefeito Municipal